

A emergência do “Outro” no campo do Patrimônio Cultural¹

Regina Abreu²

Apresentação:

Um dos assuntos que vem despertando minha reflexão e sobre o qual escrevi meus últimos artigos diz respeito ao crescimento do número de antropólogos dedicados ao tema do Patrimônio Cultural. De tema periférico para os estudos antropológicos, o Patrimônio Cultural em suas mais variadas vertentes –museus, memórias, coleções, patrimônios intangíveis e tangíveis- converteu-se em foco não apenas dos mais variados estudos, como também de importantes ações políticas e de empreendedorismo cultural no campo da Antropologia.

Este crescimento foi observado pela Associação Brasileira de Antropologia que, em 2002, criou o Grupo de Trabalho permanente de Patrimônio ligado à sua Diretoria e do qual, sou atualmente coordenadora. Este GT surgiu com uma dupla tarefa. De um lado, mapear as diferentes atuações dos antropólogos no que tange ao Patrimônio tanto no campo da produção de conhecimento, ou seja, atividades acadêmicas e reflexivas, quanto no campo de uma “Antropologia da ação”, ou seja, da inserção de antropólogos em organismos estatais formuladores de políticas públicas ou em organizações do terceiro setor. De

outro lado, o GT passou a funcionar como um órgão assessor para eventuais tomadas de decisões da ABA nos assuntos relativos ao patrimônio.

O primeiro movimento, de cartografia dos antropólogos no campo da memória e do patrimônio, vem sendo construído aos poucos, somando informações colhidas nas muitas reuniões de antropólogos relativas a teses, dissertações, trabalhos acadêmicos. O segundo movimento, de assessoria à Presidência da ABA, vem permitindo observar o quanto este é um campo com significativo potencial para a inserção de diferentes populações em novas situações sociais a partir de políticas públicas bem orquestradas nacional e internacionalmente. Há um sem número de exemplos nesta direção, como a criação de museus em áreas marginalizadas e consideradas de “risco social” vinculando movimentos sociais, ONGs e organismos estatais; inventários de rituais, festas, folias, modos de fazer artesanais de culturas populares que são valorizados no bojo das novas políticas do Patrimônio Cultural Intangível; estímulo a pesquisas e ações visando a sustentabilidade de comunidades extrativistas (coco, babaçu, tucum...) por meio de patrocínios da Petrobrás, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e mais um conjunto de empresas privadas que se beneficiam de leis de incentivo fiscal.

Todo este movimento aponta para o que estou chamando de “emergência do Outro no campo do Patrimônio Cultural” O que estou querendo dizer? Primeiro, que no decorrer da trajetória do Patrimônio, a própria noção de Patrimônio Cultural, afirmada nos anos setenta pela UNESCO, representou o início de um novo olhar onde a noção antropológica de cultura foi sendo entronizada. Segundo, que é a partir deste movimento que começaram os estudos antropológicos no campo do patrimônio. A alteridade, como veremos adiante, constitui um dos focos destes estudos. Mas, o que é determinante passando a representar uma nova tendência consiste no fato de que diferentes populações vão cada

1 Trabalho apresentado na Mesa 5: Museus, identidades e patrimônio cultural. Uma versão deste texto foi escrita juntamente com Manuel Ferreira Lima para ser publicada num livro organizado pela Associação Brasileira de Antropologia. Agradeço suas sugestões que estão também contidas nesta versão do texto, mas assumo todas as responsabilidades pelas opiniões emitidas no presente trabalho.

2 Antropóloga. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

vez mais apropriar-se do patrimônio como instrumento para suas conquistas na vida social.

Neste artigo procurarei apresentar alguns levantamentos e reflexões focalizando estes diferentes aspectos. Por fim, trarei algumas questões sobre o que todas estas novidades no campo do Patrimônio Cultural vêm afetando o campo dos museus.

Cartografia dos antropólogos no campo da memória e do patrimônio

Pode-se dizer que a atuação dos antropólogos no campo do Patrimônio não é nova. Tanto no campo das instituições de Patrimônio, quanto no campo específico dos museus, é possível sistematizar ações significativas tanto em práticas de colecionamento, quanto em pesquisas e realizações de exposições. A Antropologia nasceu nos museus e é marcada pela idéia de preservação desde o início quando os primeiros pesquisadores da disciplina coletavam objetos e documentos em suas pesquisas de campo e depois as armazenavam nos laboratórios de pesquisa. Internacionalmente, há alguns exemplos expressivos de antropólogos articulados diretamente ao tema dos museus como Franz Boas, Georges Henri Riviére (Museu de Artes e Tradições Populares de Paris), Paul Rivet (Museu do Homem) e mesmo Claude Lévi-Strauss (colaborador do Museu do Homem e do Projeto de fundação da UNESCO). Nacionalmente, há algumas personagens emblemáticas neste sentido como Édison Carneiro (Museu Nacional), Darcy Ribeiro (fundador do Museu do Índio) e Luiz de Castro Faria (Museu Nacional).

No que tange às instituições de patrimônio propriamente ditas, a atuação dos antropólogos se fez sentir desde o início, mas sempre de forma esporádica num campo onde predominavam arquitetos e historiadores. No Conselho do Patrimônio do IPHAN, há que se distinguir a atuação de Gilberto Velho, integrante deste Conselho por alguns anos e mais recentemente a presença de Roque de Barros Laraia.

O patrimônio tornou-se objeto de reflexão sistemática dos antropólogos nos últimos anos, quando alguns pesquisadores decidiram incluir o tema em suas teses de doutorado. Antonio Augusto Arantes Neto, orientado por Edmund Leach defendeu em 1978 na Universidade de Cambridge / King's College, Inglaterra, a tese *Sociological aspects of folhetos literature in Northeast Brazil*. Mais tarde, em 1984, ele publicou o livro *Produzindo o passado*. No ano de 1989, registra-se a tese de doutorado de José Reginaldo Gonçalves (UFRJ) *Rediscoveries of Brazil: Nation and Cultural Heritage as Narratives*, defendida na Universidade da Virgínia (EUA) e orientada por Richard Handler e transformada no livro "A Retórica da Perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil" (1996). Esses dois trabalhos podem ser considerados marcos de uma reflexão antropológica sobre o patrimônio no Brasil. Um tema antes tratado por arquitetos e historiadores passava a ser focalizado sob o viés da Antropologia. A tônica destes trabalhos consistiu em apresentar uma visão desnaturalizada de um campo eivado por ideologias e paixões sobretudo de cunho nacionalistas. Arantes e Gonçalves esforçaram-se por propor uma outra leitura de construções discursivas particularmente eficazes na fabricação de uma memória e de uma identidade nacionais. Ao mostrar o quanto estas construções discursivas são datadas na história do Ocidente e a maneira como elas foram sendo construídas por intermédio de políticas específicas no interior do aparelho de Estado, estes trabalhos abriram nova perspectiva no campo dos estudos de patrimônio. Particularmente o trabalho de Gonçalves iniciou um diálogo importante com antropólogos americanos de linhagem interpretativista como Richard Handler e James Clifford e toda uma área de estudos antropológicos voltada para memória social, museus, práticas de colecionamento e patrimônios. Estas pesquisas problematizaram, sobretudo o tema do patrimônio nacional, evidenciando sua relação com o caráter arbitrário das nações modernas enquanto "comunidades imaginadas" (Benedict Anderson, 1989) e a necessidade de construções discursivas e alegorias capazes de expressar certa ilusão de homogeneidade e coesão para os Estados-nações. A estratégia de Gonçalves foi analisar duas

narrativas centrais na formulação de políticas do patrimônio no Brasil, a de Rodrigo Mello Franco de Andrade – um dos idealizadores e primeiro diretor do SPHAN que inspirou sua política de 1937 a 1979 – e Aloísio Magalhães – que esteve à frente do SPHAN/Pró-Memória por um curto período de 1979 a 1983, mas que foi decisivo para sua transformação. Ao tomar o patrimônio como um campo no sentido etnográfico, estas duas pesquisas evidenciaram as estratégias de construção ou de invenção de bens considerados dignos para representar a memória e a identidade nacionais e as justificativas retóricas que passaram a ser introjetadas pelos agentes do patrimônio e pela sociedade brasileira. Alguns conceitos foram especialmente introduzidos formando um pensamento antropológico sobre o patrimônio, como o conceito de “objetificação cultural” de Richard Handler, quando este autor sugere a “coisificação” de culturas e tradições em modernos contextos nacionais ou seja, uma certa tendência em pensar as culturas como coisas, em representá-las a partir de determinados bens materiais como edificações, paisagens ou objetos museológicos cuidadosamente escolhidos e retirados de seus contextos originais para serem (re) significados em outros. O patrimônio nacional seria, por exemplo, o lugar em que agentes estatais especialmente treinados coletariam fragmentos de tradições culturais diversas para reuni-los num conjunto artificialmente criado voltado para representar a idéia de uma totalidade cultural artificialmente criada expressa pela idéia de nação.

Outro conceito importante, desenvolvido especialmente por James Clifford, em ensaio sobre sistemas de arte e cultura seria o conceito de “prática de colecionamento”, entendido como uma prática universal, presente em todas as sociedades humanas e relacionada à necessidade vital dos homens em classificar e hierarquizar. A reflexão de Clifford é inspiradora para a pesquisa seminal de Gonçalves que sinaliza nas construções discursivas estudadas (de Rodrigo Mello Franco de Andrade e de Aloísio Magalhães) os bens considerados dignos de colecionamento com o intuito de formar um mosaico “autenticamente” nacional. O tema da autenticidade é colocado em relevo. Gonçalves utilizando-se de estratégia etnográfica e tomando os discursos de Rodrigo Mello Franco de Andrade e de Aloísio

Magalhães como os de informantes selecionados numa pesquisa de campo produz a relativização desta categoria fundante das modernas ideologias ocidentais. O tema do patrimônio emerge assim como um lugar de construção de valores e como tal extremamente plástico e variável. O bem cultural “autêntico” como representação metafórica da totalidade nacional é desnaturalizado e a sua face ideológica e ficcional descortinada. Gonçalves está atento para a dimensão literária e provisória de ideologias que procuram se firmar como verdades calcadas em noções positivistas da ciência. Neste sentido, alinha-se com a reflexão de Hayden White acerca dos mecanismos de produção da moderna historiografia e na fixação da idéia presente em toda a história linear de que todas as nações devam obrigatoriamente ter um passado. O patrimônio em certa modalidade discursiva (no caso a de Rodrigo Mello Franco de Andrade) seria a de representação ou de objetificação deste passado. Por outro lado, o patrimônio na modalidade discursiva de Aloísio Magalhães estaria mais fixada na noção de cultura e de diversidade cultural numa ênfase num tempo presente capaz de por si só se eternizar. A nação em ambas construções discursivas é apresentada como uma entidade dotada de coerência e continuidade. Essa coerência seria menos um dado ontológico do que o efeito daquelas estratégias narrativas.

Enquanto o trabalho de Gonçalves é centrado no estudo de categorias de pensamento, em discursos, narrativas, o trabalho de Arantes volta-se para os contextos sociais e institucionais em que as políticas de patrimônio nacionais são construídas. Arantes está interessado em desvendar as relações sociais envolvidas neste processo de patrimonialização. Estes dois trabalhos abrem caminho para que outros antropólogos se interessem pelo tema do patrimônio. Na década de 90, duas pesquisas são especialmente relevantes. A primeira de autoria de Silvana Rubino (Unicamp) intitulada **As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968** apresentada como Dissertação de Mestrado ao Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, em janeiro de 1991. A segunda produzida por Marisa Velloso M. Santos, **O te-**

cido do tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil (1920-1970) orientada por Roberto Cardoso de Oliveira e apresentada como tese de Doutorado ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, em 1992.

Outros trabalhos de Antropologia, embora não se dedicassem exatamente ao tema do patrimônio nacional, voltaram-se para o estudo da criação de muitos outros símbolos necessários à formação dos novos cidadãos. Cabe registrar o trabalho do antropólogo Ruben George Oliven sobre a invenção do gaúcho, em certa parte inspirado no ensaio de Eric Hobsbawm. Oliven utiliza a perspectiva antropológica para desvendar a maneira pela qual a tradição gaúcha foi criada com festas, datas e trajes típicos. A antropóloga Maria Eunice Maciel, também do Departamento de Antropologia da UFRGS iniciou suas pesquisas sobre o tema do patrimônio nacional, vindo a abrir uma linha de pesquisa em torno do tema do Patrimônio Intangível, especialmente articulado com a questão dos saberes e fazeres em torno do processo da alimentação.

Uma outra linha de investigação que se inaugurou no período dos anos 80 e 90 foi o estudo dos museus e das práticas de colecionamento de objetos museológicos. Também em parte inspirados na voga dos estudos sobre a formação dos Estados-nações e seus símbolos, estes estudos congregaram historiadores e antropólogos. Os museus e suas coleções eram entendidos enquanto partes expressivas dos patrimônios nacionais. Com relação à perspectiva antropológica de estudos de museus e práticas de colecionamento devemos registrar que a tendência auto-reflexiva da Antropologia também contribuiu para o foco nesta área. Do projeto editorial organizado por George Stocking Jr sobre a história da Antropologia foi lançado em 1985 um número especial sobre museus e práticas de colecionamento na Antropologia. O livro *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture*, terceiro volume da série trouxe artigos sobre a estreita relação da Antropologia com os museus desde o nascimento da disciplina. Vale destacar o artigo de Ira Jacknis focalizando o trabalho de Franz Boas como curador de exposições em museus etnográficos, o artigo de Richard Handler que se tornou clássico nos estudos do patrimônio sobre o processo

de construção do patrimônio em Quebec e, por fim, o artigo de James Clifford sobre a prática de colecionamento dos objetos “dos outros” nos grandes museus e os problemas advindos desses deslocamentos dos objetos com relação a seus contextos de origem.³

Tomar os museus e as coleções de museus numa perspectiva antropológica procurando perceber estes lugares de memória como elementos importantes do sagrado nacional consistiu no objetivo de minha Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS-Museu Nacional em 1990 com o título **Sangue, Nobreza e Política no Templo dos Imortais: um estudo antropológico da Coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional** e publicada em livro em 1996 sob o título *A Fabricação do Imortal*. Neste trabalho, tomei o Museu Histórico Nacional em seus primeiros anos de funcionamento que coincidem com o período em que esteve à frente da instituição, seu fundador e principal idealizador, o escritor Gustavo Barroso (1922-1959). Como estratégia metodológica para entender o significado da memória nacional que ali era construída, focalizei o processo de doação e incorporação de uma grande coleção de um político influente da Primeira República, Miguel Calmon. Utilizando como principal referência o “Ensaio sobre a dádiva” de Marcel Mauss e suas reflexões sobre reciprocidade, percebi o museu enquanto um lugar de trocas simbólicas e rituais entre os agentes sociais que nestes movimentos construía uma versão da História do Brasil e fabricavam personagens históricos. A experiência de trabalhar com uma perspectiva antropológica para entender a lógica de funcionamento de uma instituição produtora de memória foi muito rentável. Neste trabalho, alinhei-me com a perspectiva de José Reginaldo Gonçalves analisando, assim como ele, a construção discursiva de um fundador de uma instituição voltada para o patrimônio nacional. Mas de maneira diversa de Gonçalves, o objeto era um museu.

3 Os títulos dos artigos são respectivamente: Jacknis, Ira. “Franz Boas and Exhibits: On the Limitation of the Museum Method of Anthropology”; Handler, Richard, “On Having a Culture: Nationalism and the Preservations of Quebec’s Patrimoine”; Clifford, James “Objects and Selves – An Afterword”, in: Stocking, Jr., George W. *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture*, London, University of Wisconsin Press, Ltd., 1985.

Neste período dos anos 80 e 90, muitos dos antropólogos envolvidos com estudos sobre memória e patrimônio dialogaram em diferentes momentos no Grupo de Trabalho sobre Pensamento Social Brasileiro nas reuniões da AN-POCS em Caxambu. Além dos trabalhos citados, o tema do patrimônio foi objeto de reflexão de teses e pesquisas de sociólogos, cientistas políticos e museólogos. É importante destacar o trabalho de Myrian Sepúlveda dos Santos que focalizou o tema dos museus em dissertação apresentada em 1989 no Mestrado em Ciência Política no IUPERJ, **História, Tempo e Memória: um estudo sobre museus a partir da observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional**, recentemente publicada pelo DEMU-IPHAN sob o título **A Escrita da História nos Museus**. Outro trabalho relevante sobre o tema do Patrimônio no período focalizado é o de Cecília Londres apresentado como tese de Doutorado em Sociologia da Cultura na UNB e publicado em 1997 pela editora da UFRJ sob o título **Patrimônio em Processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Myrian Sepulveda dos Santos preocupou-se em refletir sobre construções da história em diferentes momentos de dois museus históricos. Cecília Londres pelo contrário não refletiu sobre a história, mas adotou uma perspectiva “primordialmente histórica” tomando como “objeto de pesquisa o processo de construção do patrimônio histórico e artístico no Brasil, considerado enquanto uma prática social produtiva, criadora de valor em diferentes direções”⁴ Mario de Souza Chagas, museólogo de formação, realizou importantes reflexões na área dos museus com um instrumental analítico da Sociologia e da Antropologia. Sua dissertação de mestrado **Há uma gota de sangue em cada museu. A ótica museológica de Mario de Andrade**, defendida nos anos oitenta e recentemente publicada, já incorporava sinais do que mais tarde ele concebeu como o tema da “imaginação museológica”. Sua tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, em 2003, e intitulada **Imaginação Museal. Mu-**

seu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro pode ser considerado um trabalho sobre Memória e Patrimônio numa perspectiva interdisciplinar integrando Antropologia, Sociologia e Museologia.

Na Universidade de Brasília, Izabela Maria Tamaso defendeu em 1997 a dissertação de mestrado em Antropologia com o tema **A História: Percepções do Conflito na Prática da Preservação do Patrimônio Cultural Edificado em Espírito Santo do Pinhal** e em 1998, também na UnB, Manuel Ferreira Lima Filho defendeu a tese de doutorado **Pioneiros da Marcha para o Oeste: Memória e Identidade na Fronteira do Médio Araguaia** quando encontra entre os pioneiros a prática de constituição de museus e de coleções como estratégia de construção de uma memória coletiva. Ainda em 1998, Márcia Regina Romeiro Chuva defendeu o seu doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense, com o título **Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil anos 30 e 40**, obra de referência importante para os estudiosos do campo do Patrimônio. A lista não termina por aí. Em 2001, o antropólogo Alexandre Fernandes Corrêa, apresentou sua tese de Doutorado em 2001, na Pontifícia Universidade de São Paulo, em Ciências Sociais com o título de “Vilas, parques e Terreiros Novos Patrimônios na Cena das Políticas Culturais de São Luís e São Paulo”

Como todo inventário, resta mapear muitos trabalhos relevantes de antropólogos ou de perspectiva interdisciplinar que focalizam o tema da memória e do patrimônio. Fica aqui a solicitação de contribuições para a continuidade da listagem.

Memória, Patrimônio e uma Antropologia da Ação

Se, de um lado, temos um movimento crescente nas universidades, novos debates nacionais e internacionais vem colocando o tema

4 Trecho retirado de Fonseca, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil, RJ, Ed. UFRJ/Minc-IPHAN, 1997, Pág. 19-20.

do patrimônio na ordem do dia das políticas públicas no Brasil e no exterior. Particularmente os antropólogos vêm sendo convocados diante de mudanças significativas nas formulações de políticas culturais, afirmativas, notadamente a partir da constituição de 1988 e particularmente com o fomento do chamado Patrimônio Intangível de 2001.

Desta maneira, um campo de atuação como profissional se abre rapidamente reclamando por profissionais com capacidade de atuar tanto na reflexão conceitual do tema do patrimônio cultural como agir como gestor ou aquilo que Roberto Cardoso de Oliveira chamou de **Antropologia da Ação**. Mas uma questão se apresenta como fundamental nesse jogo de atuação: o antropólogo se vê diante do desafio de atuar como profissional num campo eivado por disputas e marcado por ideologias de construção nacional e ao mesmo tempo, manter a atitude reflexiva e relativizadora, aspecto fundante da Antropologia. Tal desafio foi inclusive tema de um seminário promovido pela ABA com a Universidade Federal Fluminense intitulada: Antropologia extra-muros, no ano de 2003.

Antes a participação dos antropólogos nas instituições de patrimônio era pequena. No Brasil, na instituição mais representativa, o IPHAN, há que se ressaltar a participação de Gilberto Velho no Conselho do Patrimônio. A política hegemônica do IPHAN de sua fundação até final dos anos 90 privilegiou os tombamentos e a preservação de edificações em “pedra e cal” de conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, bem como a proteção a bens móveis e imóveis considerados de relevo para a nação brasileira, seja por expressivas características arquitetônicas, artísticas ou históricas. As ações mais contundentes do órgão com repercussões em esferas regionais e locais de preservação e construção da memória no país consistiram em tombamentos de grandes monumentos, exemplarmente ilustrados pelas igrejas barrocas de Ouro Preto. A breve passagem do *designer* Aloísio Magalhães pela instituição trouxe algumas idéias novas com a criação do Centro Nacional de Referências Culturais e a transformação por um certo período da instituição de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para Fundação Nacional Pró-Memória. Aloísio Magalhães ado-

tava uma perspectiva culturalista do Patrimônio e formou um grupo de colaboradores que fazia uma crítica velada ao que eles consideravam um certo elitismo da proposta até então hegemônica encarnada por Rodrigo. A visão deste grupo era a de que a nação incluía diferentes culturas que deveriam ter seus patrimônios representados numa instituição voltada para este fim. Estas diferentes culturas eram expressas em diferentes suportes e não apenas os suportes arquitetônicos que acabaram constituindo o grande elenco de bens preservados. A morte prematura de Aloísio Magalhães e o acirramento de disputas internas no órgão não possibilitou que vingasse uma proposta culturalista do patrimônio, permanecendo a visão até então hegemônica. Entretanto, alguns esforços isolados continuaram a ser implementados. Um dos momentos de destaque desta disputa consistiu na luta pelo tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca na Bahia onde havia uma árvore sagrada que também deveria ser preservada. Amplo debate se processou envolvendo antropólogos, arquitetos e historiadores que produziram artigos para um número da Revista do Patrimônio. Arquitetos acostumados com tombamentos de bens móveis e imóveis e não exatamente um local sagrado com as características de um terreiro de candomblé expressaram certa perplexidade com relação ao papel do Estado no caso de um tombamento com aquelas características. Além do mais, levantavam objeções relativas à fiscalização por parte de um organismo estatal de um espaço cósmico, controlado em última instância pelos desígnios do sobrenatural. E se os santos decidissem que o terreiro deveria migrar para outro local? O terreiro deveria ser destombado? Em suma, o terreiro foi tombado, mas a polêmica em torno do caso tornou-se um emblema da contenda entre duas visões de patrimônio.

Durante a passagem de Fernando Collor pelo Governo, a instituição, seguindo os mesmos desígnios de outros setores da cultura no país, sofreu um desmonte com demissões de funcionários, falta de verbas e de uma política clara para o setor. A instituição mudou de nome e passou a se chamar Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural num sinal evidente de que a tendência culturalista continuava a se insinuar em oposição à vertente histórica e artística.

Nos anos do Governo de Fernando Henrique Cardoso, intelectuais e profissionais do campo insistiram que a instituição deveria retomar sua sigla original, com a qual ganhou credibilidade nacional e internacional. Desse modo, a instituição passou a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nome que permanece até hoje. Mas, apesar da instituição manter no nome a referência ao “histórico e artístico nacional” e não ao “cultural” um movimento novo começou a se insinuar, em grande parte em função de novos posicionamentos de organismos internacionais. Nos anos 90, começaram a surgir no âmbito da UNESCO, preocupações relativas às chamadas “culturas tradicionais”. Por um lado, levanta-se o temor do desaparecimento dessas culturas face à mundialização das culturas que tenderiam a homogeneizar e ocidentalizar o planeta. Por outro lado, eram manifestadas preocupações de que os produtores dessas “culturas tradicionais” viessem a ser saqueados por novas modalidades de pirataria na dinâmica do capitalismo globalizado. Conhecimentos tradicionais necessários à manipulação de ervas medicinais, músicas folclóricas, danças tradicionais e outras manifestações destas culturas teriam se convertido em fontes cobiçadas por um mercado cada vez mais ávido por objetos raros e exóticos. Novas questões eram levantadas: Como salvar essas “culturas tradicionais”? Como munir seus produtores de mecanismos de proteção contra a apropriação de seus acervos de “conhecimentos tradicionais” por parte de um mercado que se globaliza? Num mundo organizado por patentes, como regular direitos sobre a propriedade intelectual de criações coletivas ou de autoria desconhecida expressa em músicas, rituais, folguedos e manifestações culturais diversas? Como regulamentar juridicamente os direitos relativos aos “conhecimentos tradicionais” uma vez que não há legislação sobre direitos coletivos? Como proteger comunidades que atualizam antigas tradições uma vez que o mercado expande suas fronteiras delas se apropriando? Em outras palavras, quando uma empresa utiliza padrões gráficos de uma etnia indígena transformando-os em padrões industriais de tecidos ou quaisquer outros suportes, seria correto ignorar as populações que criaram estes padrões? Na lógica do

capitalismo industrial não seriam elas as inventoras dos respectivos padrões e, portanto, detentoras legítimas do direito de patente sobre todas e quaisquer utilizações futuras destes bens? O mesmo raciocínio não poderia se aplicar a “conhecimentos tradicionais” sobre plantas e ervas medicinais, performances e rituais, técnicas específicas de confecção de instrumentos ou equipamentos e assim por diante? Como adaptar o mecanismo das patentes criadas durante a fase do capitalismo industrial e relacionadas a invenções individuais para um direito de propriedade intelectual coletiva? As sociedades produtoras de “culturas tradicionais” deveriam aderir ao mecanismo das patentes? Haveria como aboli-las? Esses tem sido alguns temas presentes nos debates promovidos pela UNESCO, onde participam representantes de diferentes Estados-nações. Em Documentos produzidos nos anos 90 sob o título “Recomendações para a proteção e salvaguarda de manifestações culturais tradicionais” a UNESCO fazia algumas propostas aos países membros da organização. Como antídoto a problemas tão graves, propunha-se que os países membros adotassem algumas medidas, entre elas novas políticas de patrimônio capazes de proteger as chamadas “culturas tradicionais”. Especificamente um destes documentos propunha que os países seguissem a inspiração japonesa de proteger o “conhecimento tradicional” as habilidades específicas que são passadas de gerações a gerações de forma ritualizada e por meio de mecanismos próprios. Observava-se que no caso japonês, a proteção ao patrimônio não se faz priorizando os resultados ou produtos de técnicas de construção ou de conhecimentos ancestrais, mas que pelo contrário se valoriza o processo do fazer. Desse modo, se um prédio é considerado importante para a cultura japonesa, de tempos em tempos se promove ritualmente uma desconstrução deste prédio e uma reconstrução do mesmo. A proteção mais adequada segundo esta concepção baseia-se na valorização do processo e não no resultado final. Por outro lado, o Documento da UNESCO chamava a atenção para a importância de proteger no caso das “culturas tradicionais” os “mestres” considerados “patrimônios vivos” de conhecimentos muitas vezes não documentados por meio da escrita. Dizia o texto: “Em sociedades tradicio-

nais, quando morre um ancião toda uma biblioteca se queima e se perde para sempre.”

Era evidente o surgimento de um dado novo no campo do patrimônio. Se nos primeiros anos de constituição dos patrimônios nacionais, predominara uma retórica que lastimava a perda de um mundo constituído de prédios e edificações que davam lugar a novos ícones das modernas sociedades urbano-industriais, se nestes anos era preciso salvar algo que testemunhasse momentos do longa trajetória de construção da civilização ocidental, no final dos anos 90, discutia-se um outro sentido para uma mesma retórica da perda. Lastimava-se agora o desaparecimento daqueles que constituíam os “outros” da sociedade ocidental moderna, “outros” que expressavam culturas exóticas que teriam sobrevivido a diversas fases do capitalismo, mas que com a globalização estariam irremediavelmente fadados à dissolução.

As propostas salvacionistas da UNESCO tiveram boa repercussão no Brasil entre gestores do patrimônio, entre eles os segmentos da vertente culturalista do IPHAN e também de outras agências do Ministério da Cultura. Reuniões foram realizadas, entre elas uma reunião em Fortaleza que congregou técnicos de várias agências governamentais, onde foi proposta a formulação de uma política voltada para o Patrimônio Intangível. Uma das instituições que aderiu de imediato foi a então Coordenação de Folclore e Cultura Popular ligada à Funarte, instituição herdeira da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, atuante desde os anos 50, e que tinha longa experiência com pesquisa em folclore e cultura popular. Das instituições do Ministério da Cultura era esta uma das que congregava maior número de antropólogos. Concomitantemente, por ocasião dos festejos dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, o Ministério da Cultura propôs a Antonio Augusto Arantes a criação de uma metodologia de inventário das manifestações culturais na região do sul da Bahia, onde havia um projeto de criação de um “Museu Aberto do Descobrimento” Gestores do patrimônio interessados na nova política do Patrimônio Intangível articularam-se no projeto de criação de um programa de ação voltado para o Patrimônio Intangível no Brasil e, em 4 de agosto de 2000 foi promulgado o Decreto 3551

instituído “o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”

A proposta do Registro significou essencialmente a criação de um selo distintivo oficial para os chamados “bens culturais de natureza imaterial”. Evidentemente que como todo o processo de patrimonialização, esta proposta inclui a idéia de seleção, de construção de um acervo digno de ser memorializado em oposição a um outro conjunto de bens culturais que devem ser relegados ao esquecimento. A dinâmica patrimonial implica em práticas de colecionamento e a prática do Registro pode ser comparada à prática do tombamento, onde são necessários critérios que possibilitem escolhas daquilo que deverá ser preservado.

Para o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial foram criados quatro livros: o Livro do Registro dos Saberes (para o registro de conhecimentos e modos de fazer); o Livro das celebrações (para as festas, os rituais e os folguedos); o Livro das formas de expressão (para a inscrição de manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas); o Livro dos lugares (destinado à inscrição de espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas).

Prevê-se então que alguns “bens culturais” devam ser registrados nestes livros e que como manifestações culturais vivas, estes “bens culturais” sejam acompanhados pelos agentes do patrimônio e suas transformações documentadas.

O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, porque só assim se pode “preservá-los”. Como processos culturais dinâmicos, as referidas manifestações implicam uma concepção de preservação diversa daquela prática ocidental, não podendo ser fundada em seus conceitos de permanência e autenticidade. Os bens culturais de natureza imaterial são dotados de uma dinâmica de desenvolvimento e transformação que não cabe nesses conceitos, sendo mais importante, nesses casos, registro e documentação do que intervenção, restauração e conservação”.⁵

5 Sant’Anna, Marcia “A face imaterial do patrimônio cultural”, in: Abreu, Regina e Chagas, Mário. *Memória e Patrimônio*, RJ, ed. DPA, 2003.

Paralelamente ao instrumento do Registro, o IPHAN criou, em parte com as contribuições do projeto piloto desenvolvido por Antonio Augusto Arantes no sul da Bahia, uma metodologia de inventário que gerou uma proposta de Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – instrumento para subsidiar as ações de registro e realizar um recenseamento amplo das manifestações culturais no país. Ana Gita de Oliveira, antropóloga e técnica do IPHAN chama a atenção que a partir de 1995, “o IPHAN começou a sistematizar os diversos modelos de inventários existentes até então e, pela primeira vez, arriscar a difícil tarefa de organizar um inventário que fosse adequado à natureza do patrimônio imaterial (...). Entre os anos de 1997 e 2000, tendo como fonte de inspiração as experiências realizadas na Fundação Pró-Memória e no desenvolvimento de três experiências de inventários de referências culturais, no Serro/MG, em Diamantina/MG e na Cidade de Goiás/GO, se começou a estruturar um modelo de Inventário (...)”⁶ A metodologia de inventário sistematizada pelo IPHAN começou a ser posta em prática por alguns técnicos das agências governamentais, entre eles os técnicos do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP-. Esta experiência merece ser registrada pois vem abrindo um importante mercado de trabalho para antropólogos. No caso do projeto do CNFCP, há uma equipe fixa e diversos consultores relacionados a temas específicos que foram selecionados para serem inventariados: “as diferentes celebrações relacionadas ao complexo cultural do boi, os diferentes modos de fazer relacionados ao artesanato em barro; as diferentes formas de expressão e modos de fazer relacionados à musicalidade das violas e percussões; os diferentes modos de fazer relacionados aos sistemas culinários a partir dos elementos mandioca e feijão.”⁷ A maior parte dos envolvidos nestas pesquisas são antropólogos ou estudantes de antropologia em fase de

mestrado ou doutorado recrutados em cursos de pós-graduação que estão envolvidos com teses sobre temas correlatos. O objetivo das pesquisas é duplo: tecer um inventário dessas manifestações culturais, escolhidas em parte por retratar certa tradição de estudos da instituição, e preparar dossiês para possíveis registros dentro do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial.

Concomitantemente aos inventários, o mote dos “registros” de manifestações culturais que passariam a ser distinguidas com um selo do Ministério da Cultura vem desencadeando ampla mobilização de profissionais da cultura e agentes sociais em organismos estatais, ongs e instituições culturais. Com o início da gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, houve um incentivo muito grande para que o Programa do Patrimônio Imaterial entrasse em vigor, inclusive com editais de concursos de financiamentos com apoio da Petrobrás para pesquisas nesta área. Pode-se falar em uma verdadeira corrida de pesquisadores, principalmente de antropólogos, que se sentiram estimulados a organizar dossiês de pesquisas sobre as manifestações culturais relacionadas aos grupos de seus interesses de pesquisa.

Para que uma manifestação cultural concorra ao registro é necessário um amplo dossiê com pesquisas consistentes, descrições detalhadas e justificativas sobre as razões dos pedidos de registro. Talvez fosse interessante pensar o que tem significado para os antropólogos e para as populações envolvidas estes processos, inventários, projetos, registros, prêmios, distinções.

O caso do primeiro bem cultural indígena registrado no Livro dos Saberes do patrimônio imaterial talvez seja um bom caso “pra pensar” Trata-se do registro da arte *kusiwa* – pintura corporal e arte gráfica *wajãpi*, ou seja, de índios habitantes do Amapá e estudados pela antropóloga Dominique Gallois do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP. Apoiada pelo Museu do Índio por ocasião da elaboração de uma exposição desta etnia no museu, Dominique Gallois organizou um vasto dossiê, resultado de mais de quinze anos de pesquisa, e o encaminhou, junto com o diretor do Museu do Índio, o também antropólogo José Carlos Levinho, ao IPHAN solicitando o

6 Oliveira, Ana Gita de “Diversidade cultural como categoria organizadora de políticas públicas” in: Teixeira, João Gabriel e outros. *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*, Brasília, Trans/Team, 2004.

7 Vianna, Letícia. “Pluralidade cultural e identidade nacional: experiências recentes de políticas no Brasil”, in: Teixeira, João Gabriel e outros. Op cit

registro do kusiwa como patrimônio cultural do Brasil dentro do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Num certo sentido, pode-se dizer que por uma série de motivos, entre eles a agilidade e o trabalho anterior acumulado, Dominique Gallois conseguiu com competência fazer o pedido de registro para a arte gráfica do grupo que estuda e em 20 de dezembro de 2002, o *kusiwa* foi registrado como patrimônio cultural do Brasil. Evidentemente que injunções políticas também concorreram para que este bem cultural recebesse o selo de patrimônio oficial pelo Governo Federal. Na ocasião, o Presidente Fernando Henrique Cardoso encerrava sua gestão e era interessante que o Governo mostrasse resultados e a então gestão do IPHAN tornasse visível a política que naquele Governo começara a se implantar.

Com base em uma pesquisa consolidada sobre os waiãpi o Museu do Índio, as lideranças indígenas *waiãpi* e a antropóloga Dominique Gallois registraram a bela arte gráfica *waiãpi*. Entretanto, o que significa dar um selo oficial de reconhecimento a uma manifestação cultural se o país é feito de muitas manifestações culturais todas igualmente significativas?

Além disso, uma outra instância entra em cena: os povos cujas manifestações culturais são objeto de inventários e registros dos antropólogos assumem cada vez mais uma atitude ativa diante de seus processos. Em recente publicação, organizada pela antropóloga Dominique Gallois, os índios Waiãpi explicam porque resolveram trabalhar com o conceito de Patrimônio e distinguem o que entendem por Patrimônio Material e Imaterial. Ou seja, categorias produzidas no contexto das grandes construções nacionais das sociedades ocidentais são absorvidas e ressignificadas no contexto de etnias indígenas.

“Nossos objetos não podem sumir, tem que se passados para nossos filhos. Os objetos que a gente faz não vão existir se não tivermos o patrimônio imaterial. Porque tudo que a gente tem, devemos incorporar nos nossos conhecimentos. É isso que nós pensamos. Aí está a miçanga que nós chamamos de samura. Está certo que é o branco que fabrica, mas a miçanga só é material lá na loja ainda. Quando ela chega na mão do índio, ela já vai se transformando. Ela vai

se transformar em patrimônio material? Não, em patrimônio imaterial também. Automaticamente vai se transformando. Pelo conhecimento dele, que é invisível. O nosso pensar, o nosso conhecer, todo gravado na nossa cabeça. As mulheres vão enfiando miçanga em metros e metros de linha, todo dia, não sei como... Então, na medida que a mulher vai trabalhando, enfiando a miçanga, ela já está transformando a miçanga em imaterial, ela já está enfiando o conhecimento dela dentro da miçanga.” (depoimento de João Tiriyo, do grupo que se autodenomina Tarëno)⁸

E a relação do tema do Patrimônio com os museus, especialmente com os museus antropológicos?

O tema do Patrimônio incide diretamente no campo dos museus. No Brasil, temos uma política em curso que vem sendo implantada em articulação direta com recomendações internacionais, sobretudo no plano da UNESCO. Muitos dos museus etnográficos ou antropológicos antes voltados essencialmente para a política de colecionamento da cultura material, hoje começam a trabalhar na formação de inventários e dossiês para registro do Patrimônio Imaterial ou Intangível., como é o caso do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Museu de Folclore Édison Carneiro e do Museu do Índio (dossiê waiãpi).

Além disso, os museus etnográficos ou antropológicos são depositários de Patrimônios plurais. Os objetos das coleções, os inventários, os dossiês que encontramos nestes museus referem-se a culturas particulares e neste sentido são patrimônios etnográficos. Mas, também abarcam outras dimensões patrimoniais: regionais, nacionais, universais.

Uma coleção etnográfica é um Patrimônio Etnográfico ligado a um grupo específico, mas é também um Patrimônio regional, nacional e universal.

Por outro lado, o despertar das culturas para o tema do Patrimônio vem gerando uma espécie de patrimonialização crescente das culturas, uma crescente obsessão pela memória, onde tudo se quer musealizar.

8 Gallois, Dominique Tilkin (org.) Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas. SP, Iepé, 2006

Proliferam os museus, o que pode ser sinal de criatividade e plasticidade das culturas, mas que também deve ser visto com certa reserva.

Para os profissionais do patrimônio e da memória, é preciso ter sempre em mente que a memória é a permanente conjugação entre lembrança e esquecimento e de que nem tudo foi feito pra guardar. Ainda é necessário esquecer. Aprendemos com as etnografias clássicas a importância para as sociedades de rituais como o *potlach* onde os objetos cerimoniais são feitos para serem destruídos ao final das cerimônias.

A grande questão do contemporâneo talvez esteja em aprender a discernir o que deve ser lembrado do que deve ser esquecido; o que deve ser adquirido do que deve ser descartado; quais instituições ou museus devem ser estimulados e criados; quais instituições ou museus devem ser reformulados ou redirecionados; quais pesquisas ou inventários devem ser empreendidos e merecem nossa energia e dedicação.

E os antropólogos? Qual o papel que lhes cabe nesta nova configuração de museus e patrimônios plurais?

Aos antropólogos que trabalham com o Patrimônio Cultural, eu diria que cada vez mais parece caber o papel de mediadores e articuladores. Se, num primeiro momento da História da Antropologia, os antropólogos eram tradutores de mundos culturalmente diferenciados, hoje, antropólogos juntamente com outros profissionais de patrimônio e museus são chamados para fazer a mediação e a articulação entre diferentes segmentos de uma sociedade e de um mundo plural.

De tradutores passaram a parceiros. As chamadas “sociedades tradicionais”, bem como os diferentes grupos sociais que enriquecem o panorama da sociedade brasileira já não constituem apenas o “outro” de um discurso acadêmico. Hoje, cada vez mais, estes povos falam em seus próprios nomes, reivindicam seus próprios interesses. Talvez os antropólogos, bem como os profissionais do patrimônio sejam capazes de afirmar pontos de vista para além das disputas de interesses específicos. O conceito antropológico de cultura tal como nos foi legado pelos pais fundadores da Antropologia não é desprovido de humanismo. Ao formular a idéia de diversidade cultural é preciso levar em conta o substrato que

as ancora: as culturas são diversas enquanto expressões da unidade da espécie humana. É preciso pois que fiquemos atentos para esta dimensão primeira, embora nem sempre explicitada do patrimônio cultural, a dimensão da humanidade. Vou um pouco mais longe: é preciso ficar atento para a dimensão que constitui a própria razão de ser da idéia de ciência e da militância no campo das ciências humanas: a dimensão da vida, com ênfase nas vidas humanas.

Arrisco então dizer que o lugar dos antropólogos e profissionais do patrimônio e dos museus, especialmente dos museus antropológicos, se inscreva enquanto elos que dinamizam, fomentam e contribuem para a circulação no tempo e no espaço de aquisições ao mesmo tempo singulares e universais do pensar e do viver humanos.

Bibliografia:

ABA, *Programa e Resumos. XXIV Reunião Brasileira de Antropologia. Nação e Cidadania*. 13 a 15 de julho de 2004. Olinda (PE). 2004.

ABA, *Programa e Resumos. XXV Reunião Brasileira de Antropologia. Saberes e Práticas Antropológicas – desafios para o século XXI*. 11 a 14 de junho de 2005. Goiânia (GO). 2005.

ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*, RJ, Ed. Rocco/Lapa. 1996.

_____. « Síndrome de Museus », in : *Encontros e Estudos 2*, Funarte, MinC. 1996.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. Norfolk: Thetford Press. 1987

ARANTES, A. A. *Produzindo o passado*. São Paulo, Brasiliense. 1984.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. SP, Companhia das Letras. 1990.

CALDARELLI, Solange Bezerra. *Atas do Simpósio Sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural Brasileiro*. Universidade Católica de Goiás. Goiânia. 1996.

- CHAGAS, M. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. in: *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 13, Lisboa, ULHT. 1999.
- _____. Imaginação Museal. *Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*, mimeo, UERJ. 2003.
- CLIFFORD, James. Colecionando Arte e Cultura, in: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 1995.
- _____. "Museologia e Contra-História. Viagens pela Costa Noroeste, in: Abreu, Regina e CHAGAS, Mário. *Memória e Patrimônio*, RJ, ed DPA. 2003.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil anos 30 e 40*. Tese de Doutorado. Departamento de História. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 1998.
- CORRÊA, Alexandre Fernandes. Vilas, parques e Terreiros - Novos Patrimônios na *Cena das Políticas Culturais de São Luís e São Paulo*. Tese de Doutorado. Departamento de Ciências Sociais. PUC-SP. São Paulo. 2001.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil*, RJ, Ed. UFRJ/Minc-IPHAN. 1997.
- GALLOIS, Dominique. *Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas*, São Paulo, Iepé. 2006.
- GONÇALVES, José Reginaldo. "Autenticidade, memória e ideologias nacionais", *Estudos Históricos*, n. 2. 1988.
- _____. "O jogo da autenticidade: nação e patrimônio cultural no Brasil", In: *Ideólogos do patrimônio cultural*, Rio de Janeiro, IBPC. 1991.
- _____. *Retórica da perda*, RJ, ed. UFRJ. 1996.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990.
- _____. e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Os Pioneiros da Marcha para o Oeste: memória e Identidade na Fronteira do Médio Araguaia*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia. UnB. Brasília. 1998.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. "Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico" in: *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*. Jan/Dez, SP, ed. USP. 1994.
- NORA, P. Mémoire et Histoire - la problematique des lieux. Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard. 1984.
- SANT'ANNA, Marcia. "A face imaterial do patrimônio cultural" in: Abreu, Regina e Chagas, Mário. *Memória e Patrimônio*, RJ, ed. DPA. 2003.
- OLIVEIRA, Ana Gita de. "Diversidade cultural como categoria organizadora de políticas públicas" in: Teixeira, João Gabriel e outros. *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*, Brasília, Transe/Ceam. 2004.
- SANTOS, Myrian S. dos. *História, tempo e memória: um estudo sobre museus a partir da observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional*. (Tese de Mestrado apresentada ao IUPERJ). Rio de Janeiro: IUPERJ. 1989.
- _____. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. RCBS, n. 23, p.71-84, out. 1993. 1993.
- SCHWARCZ, Lilia K.M. O nascimento dos museus brasileiros, 1870-1910. In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.1. São Paulo: Finep/Vértice. 1989.
- _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
- STOCKING, Jr., George W. *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture*, London, University of Wisconsin Press, Ltd. 1985.
- TAMASO, Isabela Maria. *Tratorando a História: Percepções do Conflito na Prática da Preservação do Patrimônio Cultural Edificado em Espírito Santo do Pinhal*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, UnB. Brasília. 1997.
- VIANNA, Letícia. "Pluralidade cultural e identidade nacional: experiências recentes de políticas no Brasil", in: Teixeira, João Gabriel e outros. Teixeira, João Gabriel e outros. *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*, Brasília, Transe/Ceam. 2004.